

<i>Tipificação resumida:</i> Portar no veículo placas de identificação em desacordo c/ especific/modelo Contran			<i>Cód. Enquadramento:</i> 640-80
<i>Amparo legal:</i> Art. 221			
<i>Tipificação do enquadramento:</i> Portar no veículo placas de identificação em desacordo com as especificações e modelos estabelecidos pelo CONTRAN			
<i>Natureza:</i> Média	<i>Penalidade:</i> Multa	<i>Medida administrativa:</i> Retenção do veículo para regularização e apreensão das placas irregulares	
<i>Infrator:</i> Proprietário	<i>Competência:</i> Órgão ou entidade de trânsito estadual e rodoviário		
<i>Pontuação:</i> 4	<i>Constatação da Infração:</i> Mediante abordagem		
Quando autuar	Não autuar	Definições e Procedimentos	Campo 'Observações'
Veículo com placas ou tarjetas: - sem a inscrição do fabricante; - fora das dimensões; - com cor de fundo da placa diferente da categoria do veículo; - confeccionada em material diverso da chapa de ferro laminado a frio ou de alumínio; - com tipologia dos caracteres com as dimensões, estilo ou fonte diversa da Mandatory; - sem película quando obrigatória; - sem tarjeta ou estando esta apagada; - com tarjeta constando município diverso do de registro do veículo; - com moldura cobrindo as bordas da placa; - com adesivo, fitilho ou outro objeto fixado à placa ou à tarjeta não impedindo sua legibilidade/visibilidade; - utilizando placa de experiência ou de representação sem autorização; - com o lacre partido por ação do tempo (ferrugem etc).	Veículo com caracteres da placa apagados ou encobertos por objetos, impedindo a sua legibilidade ou a sua visibilidade, utilizar enquadramento específico: 660-20, art. 230, VI	Res. 231/2007 define os padrões das placas dos veículos automotores. Res. 493/1975 regulamenta o uso da placa de "experiência". Res. 32/1998, 88/1999 e 275/2008 estabelecem os modelos de placas para veículos de representação. A Medida Administrativa de apreensão das placas irregulares, somente deve ser aplicada nos casos de placas de representação e de experiência, as quais não são lacradas à estrutura do veículo. Para as demais situações, tal providência somente deverá ser adotada pela autoridade do órgão executivo de trânsito estadual.	Obrigatório descrever qual elemento da placa ou da tarjeta está fora da regulamentação. Ex.: "placa ostentando cor de fundo 'alumínio'; "placa com caracteres com estilo da fonte em itálico"; "placa confeccionada em material plástico - adesivo"

Regulamentação:

A Res. 231/2007, com suas alterações, determina que a placa e a tarjeta deve:

1. ser confeccionada em chapa de ferro laminado ou de alumínio; 2. possuir os caracteres em fonte Mandatory, gravados em alto relevo; 3. ter as dimensões, as cores e as demais características dentro das especificações constantes do Anexo daquela Resolução; 4. conter tarjetas constando o município de registro ou as tarjetas específicas para as placas dos veículos oficiais, de representação, aos pertencentes a missões diplomáticas, às repartições consulares, aos organismos internacionais, aos funcionários estrangeiros administrativos de carreira e aos peritos estrangeiros de cooperação internacional; 5. possuir películas refletivas conforme especificado no Anexo daquela Resolução, obedecendo aos seguintes prazos: a) para todo veículo da espécie motocicleta, motoneta, ciclomotor e triciclo, na categoria aluguel, a partir de 1º de janeiro de 2008; b) para os das demais categorias, quando registrados a partir de 1º de janeiro de 2008 ou quando da transferência de município; c) para os demais veículos, quando fabricados a partir de 1º de janeiro de 2012 ou quando da transferência de município.

A Res. 493/1975 regulamenta o uso da placa de "experiência" e dá outras providências, determinando, em seu artigo 2º, que os veículos dotados de tais placas só poderão circular no território sob jurisdição da autoridade de trânsito que as expedir e estarão sujeitas a todas as exigências referentes à circulação, inclusive as relativas à categoria ou classe do condutor [...].

As Res. 32/1998, 88/1999 e 275/2008 estabelecem os modelos de placas para veículos de representação, de acordo com o art. 115, § 3º do CTB.